



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade Ciências da Saúde - FS

Núcleo de Estudos em Saúde Pública – NESP

Laboratório de Educação, Comunicação em Saúde - ECOS

**FORMAÇÃO SEMIPRESENCIAL DE FORMADORES/MULTIPLICADORES
PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL
DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

Brasília/DF, agosto de 2016

Título:

FORMAÇÃO SEMIPRESENCIAL DE MULTIPLICADORES/FORMADORES (GESTORES/AS, TRABALHADORES/AS, CONSELHEIROS/AS E LIDERANÇAS) PARAIMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT

Tempo de Execução:

4 meses

Entidades Proponentes:

Faculdade de Ciências da Saúde – FS

Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde – LabECOS

Núcleo de Estudos em Saúde Pública – NESP

Unidade de Tecnologia da Informação e da Comunicação em Saúde – UTICS

Entidades Parceiras:

Ministério da Saúde

Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP)

Comitê Técnico de Saúde Integral de LGBT

Conselho Nacional de Saúde

SUMÁRIO

Apresentação	4
1 Introdução.....	5
2 Justificativa.....	7
3 Objetivos	7
4 Objetivos Específicos.....	8
5 Metodologia	9
6 Estrutura Pedagógica.....	10
7 Matriz Curricular	12
8 Avaliação.....	21
9 Cronograma	22
10 Referencial Teórico.....	23
Apêndices	24

FORMAÇÃO SEMIPRESENCIAL DE MULTIPLICADORES/FORMADORES (GESTORES/AS, TRABALHADORES/AS, CONSELHEIROS/AS E LIDERANÇAS) PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LGBT

RESUMO: Para atender as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), reconhecemos a necessidade de projeto de formação que se propõe a redução da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no SUS conforme consta no Eixo 3 do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT sobre Educação permanente e educação popular em saúde. A Formação precisa incidir na integralidade do cuidado e no acesso da população LGBT e se insere nos processos de educação permanente desenvolvidos pelo Sistema Único de Saúde, incluindo os trabalhadores/as da saúde, conselheiros/as e lideranças sociais. Nesse sentido, este projeto pretende ser um plano de formação que será realizado pela Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, considerando os princípios da Educação Popular, na modalidade semipresencial, com foco na garantia da universalidade, integralidade e equidade no SUS.

INTRODUÇÃO

Esta proposta de extensão insere-se no âmbito da Faculdade de Ciências da Saúde (FS), do Núcleo de Estudos de Saúde Pública (NESP), do Observatório Nacional LGBT, e do Ministério da Saúde (MS) e prevê a participação de gestores/as e trabalhadores/as da saúde, conselheiros/as, lideranças sociais, pesquisadores/as docentes e discentes dos cursos e programas de graduação e pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB). O projeto foi desenhado coletivamente por representantes da sociedade civil organizada por meio do Comitê Técnico de Saúde Integral de LGBT, o Núcleo de Estudos em Saúde Pública e o Departamento de Apoio à Gestão Participativa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (DAGEP/SGEP/MS).

Caracteriza-se como um **projeto de extensão** aplicado à formação continuada por meio de curso na modalidade semipresencial, composto por módulos moderados pelas tecnologias para a informação, educação e comunicação em saúde como estratégia de ensino à distância, utilizando ambientes virtuais de aprendizagem, bem como, encontros presenciais para apresentação de temas necessários a orientação do processo de formação, tendo como referência princípios da Educação Popular com vistas à implementação da Política Nacional da Saúde Integral LGBT.

Nas últimas décadas o Brasil conquistou importantes avanços no campo da saúde. O processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Constituição de 1988, no capítulo VIII da Ordem Social e na seção II referente à Saúde define no artigo 196 que:

A saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
(BRASIL, 1988).

Dessa forma, a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT representa os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil organizada na promoção, atenção

e no cuidado em saúde, priorizando a redução das desigualdades por orientação sexual e identidade de gênero, bem como, o combate às lgbtfobias no SUS.

A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde ao desencadear processos de sofrimento, adoecimento e morte prematura decorrentes do preconceito e do estigma social ao qual estão expostas as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A Política, nesse sentido, emerge como um conjunto de princípios éticos e políticos expressos que reconhece os efeitos perversos dos processos de discriminação e de exclusão da população LGBT, suas diretrizes e objetivos estão, portanto, voltados para a promoção da equidade em saúde. É uma política transversal, com gestão e execução compartilhadas entre as três esferas de governo, que deverá atuar articulada às demais políticas do Ministério da Saúde, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde LGBT.

A PNSILGBT reafirma o compromisso do SUS com a universalidade, a integralidade, equidade, participação e controle social, por isso, contempla ações voltadas para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, além do incentivo à produção de conhecimentos e o fortalecimento da representação do segmento nas instâncias de participação e controle social.

Na perspectiva de identificar quais as possibilidades de implantar na rede SUS uma nova lógica para a organização de ações e serviços na direção de valores como a inclusão e a integralidade do cuidado, proporcionando acesso e qualidade na relação do usuário/cidadão com o sistema, apresenta-se este Projeto de Formação, que se caracteriza na perspectiva da Educação Popular como estratégias para as gestões federal, estadual e municipal, no processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde da população LGBT. Sua operacionalização se norteia pela articulação intra-intersetorial das ações previstas nos objetivos específicos da Política Nacional da Saúde Integral LGBT, educação permanente e educação popular em saúde com foco na população LGBT.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de formação pretende ser um referencial para os cursistas atuarem em suas localidades, sobretudo, por meio do uso de tecnologias avançadas, meios eletrônicos, como facilitadores da educação permanente dos profissionais ligados à saúde LGBT. A qualificação desses profissionais representa um acompanhamento dos avanços tecnológicos que podem aprimorar o processo de conhecimento à distância ou semipresencial, além de possibilitar às comunidades atendidas o acesso à informação, à educação e à comunicação nas questões de saúde pública, auxiliando-as nos processos de cuidar de sua própria saúde, melhorando assim a qualidade de suas vidas.

Cabe ressaltar que este **projeto de extensão** será um instrumento meio, facilitador aos processos de educação permanente trabalhadores/as da saúde, conselheiros/as, lideranças sociais, pesquisadores/as docentes e discentes, capazes de assegurar a continuidade e qualidade na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT em suas comunidades.

OBJETIVO GERAL

Qualificar multiplicadores/as, formadores/as, gestores/as, trabalhadores/as e conselheiros/as de saúde, lideranças/ativistas LGBT, estudantes, professores/as e pesquisadores/as para que sejam protagonistas nas ações de formação da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT em seus territórios.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Sensibilizar gestores/as, trabalhadores/as e conselheiros/as de saúde, lideranças e ativistas para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT e do Controle Social no SUS;

Fortalecer e qualificar a representação do segmento LGBT nos Conselhos de Saúde e Comitês de Equidade para a formulação, implementação e monitoramento de políticas de saúde;

Oferecer materiais pedagógicos virtuais sobre Democracia, Direitos, Participação e mobilização social, Política Nacional de Saúde Integral LGBT, Marcos Legais dos Direitos das Pessoas LGBT e Controle social no SUS;

Fomentar uma política de educação permanente em participação, controle social e equidade no SUS com foco na integralidade do cuidado a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos municípios ou regiões, com cronograma de aplicação, parcerias e avaliação.

Oportunizar aos cursistas discussões sobre a utilização de tecnologias para a pesquisa e trabalho em saúde com ênfase na promoção da saúde da comunidade LGBT;

Possibilitar aos participantes a compreensão das diferenças entre o educar, informar e o comunicar, para que possam conhecer os processos de comunicação favorecendo a discussão sobre mídia e saúde para o melhor entendimento quanto à importância do uso da linguagem nos processos de cuidado, viabilizando o uso criativo das ações de informação e comunicação voltadas à construção da cidadania e ao controle social das políticas públicas e sociais;

Fortalecer as políticas de equidade, participação e controle social no SUS.

METAS

O resultado esperado com a execução deste projeto é de que, a educação permanente com foco na saúde integral LGBT possa potencializar, enormemente, o desenvolvimento de competências de gestão e de cuidado nos diferentes níveis de atenção à saúde, visando o aprimoramento de projetos educativos, interventivos, inseridos nas comunidades dos cursistas com a finalidade de promover o enfrentamento das discriminações e preconceitos presentes nos SUS contra a população LGBT.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O processo seletivo será realizado por meio de edital, que selecionará candidatos/as que possuam Ensino Médio completo, idade mínima de 18 anos e atuação

comprovada na área, de acordo com seus currículos. Recomenda-se facilidade de comunicação, uma vez que o candidato/a será um/a multiplicador/a dessa formação. O edital respeitará as especificidades de identidade de gênero, orientação sexual, identidade racial e regionalidade, com a finalidade de promover um diálogo plural e diverso.

METODOLOGIA

O **curso de extensão** será desenvolvido pelo Observatório Nacional da Saúde LGBT, NESP/UnB, em parceria com a Faculdade de Ciências e Saúde, DAGEP/MS, Conselho Nacional de Saúde e o Comitê Técnico de Saúde Integral de LGBT. As atividades serão realizadas no período de setembro a dezembro de 2016 e serão destinadas a gestores/as, trabalhadores/as e conselheiros/as de saúde, lideranças/ativistas LGBT, pesquisadores/as, discentes e docentes da UNB, na modalidade semipresencial, em plataforma desenvolvida pela UnB em parceria com o Observatório Nacional da Saúde LGBT e o NESP/UnB. O curso será ofertado para 50 participantes e acompanhado por dois tutores vinculados ao NESP-UnB.

A Faculdade de Ciências e Saúde da UnB será a principal parceira desta atividade de extensão, pois possui estrutura tecnológica compatível para o desenvolvimento do projeto, e compreende espaço físico, auditórios; laboratório de informática; microcomputador com *webcam* HD, microfone de mesa, *headset*, suportes do tipo pedestal para as TVs, mesas, estabilizador de voltagem, conexão com a internet, envolvendo diretamente o LabECOS/UnB.

O espaço, o acompanhamento, a manutenção e a avaliação das atividades serão de corresponsabilidade do Observatório Nacional da Saúde LGBT, NESP/UnB, DAGEP/MS, Conselho Nacional de Saúde e o Comitê Nacional de Saúde Integral de LGBT, devendo corresponder aos objetivos do projeto, com a finalidade de coordenar e acompanhar as ações desenvolvidas, além de produzir estratégias de educação à distância por meio de vídeo conferência e do uso das tecnologias digitais.

Para a formação à distância serão ofertados quatro módulos, compostos de oito blocos. Os encontros presenciais ocorrerão na FS/UnB, o **primeiro encontro** presencial será nos dias **28 a 30/09**. O **segundo encontro** será de encerramento, nos dias **15 e 16/12/2016**. A plataforma de ensino à distância será fornecida pela UnB por intermédio do site do Observatório Nacional LGBT e será aberta 15 (quinze) dias antes do

primeiro encontro presencial. O curso será ofertado na modalidade semipresencial e corresponderá a 180 horas/aulas.

ESTRUTURA PEDAGÓGICA

O conteúdo será apresentado em quatro módulos à distância com dois momentos presenciais. As abordagens didáticas estão pautadas nos princípios da Educação Popular, dialógica e interativa no processo de ensino e aprendizagem, os cursistas como sujeitos ativos da construção do conhecimento, as reflexões e os debates, tanto na plataforma como nos encontros presenciais, favorecerão a troca permanente de saberes e práticas entre os participantes.

Os Módulos de Aprendizagem estão organizadas da seguinte forma:

Módulo 1- Comunicação não-violenta e inclusiva

- 1) Ambientação da plataforma
- 2) Comunicação audiovisual

Módulo 2- Democracia e Saúde

- 3) Estado e Sociedade
- 4) Histórico de Luta pelo Direito à Saúde LGBT

Módulo 3- A Política Nacional da Saúde Integral LGBT

- 5) Gênero e Sexualidade
- 6) A luta das pessoas LGBT e a conquista de direitos
(marcos legais)
- 7) Realizando o acolhimento e o cuidado

OBS.: O módulo sobre a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), será realizado em parceria com a Universidade do Estado

do Rio de Janeiro (UNA-SUS/UERJ), uma vez que já ofertam um curso à distância com essa temática: www.unasus.gov.br/politica-de-saude-lgbt. O curso estará vinculado à nossa plataforma.

Módulo 4- Metodologia Participativas/ Projeto de Ação

- 8)** Metodologias da Educação Popular
- 9)** Orientações para o trabalho de conclusão

Matriz Curricular

Plano de Ensino dos Módulos/Blocos

<p>MÓDULO 1- Comunicação não-violenta e inclusiva</p> <p>Bloco I: Ambientação da Plataforma</p>	<p>CH total: 20 horas</p>
<p>EMENTA: Tecnologias de informação e comunicação como ferramentas e de inclusão, participação e controle social. Produção e difusão do conhecimento científico em saúde. Utilização de sistemas de informação e plataformas digitais no campo da saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilização da plataforma virtual de aprendizagem • Tecnologia e sociedade • Democracia digital • Política Nacional de Informação e Informática em Saúde • Gestão de tecnologias em saúde • Sistemas de Informação em Saúde • Dicas e Sugestões de Ferramentas, Sistemas, Audiovisual. 	
<p>BRASIL. Ministério da Saúde; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2009. v.1: Produção e disseminação de informações sobre saúde no Brasil. (Série B. Textos Básicos de Saúde).</p> <p>MISAO, C. Y.; RIBEIRO, M. M. O uso de tecnologias da informação e comunicação(TICs) na promoção da participação cidadã para tomada de decisão em políticas públicas de saúde. Revista Gestão & Políticas Públicas, São Paulo, v.1, n.1, p.162-180, 2011.</p> <p>DE MORAES, Ilara Hämmerli Sozzi; DE GÓMEZ, Maria Nélide González. Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 3, p. 553-65, 2007.</p> <p>SILVA, Alessandra Ximenes da; CRUZ, Eliane Aparecida; MELO, Verbena. A importância estratégica da informação em saúde para o exercício do controle social. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 3, p. 683-688, 2007.</p>	

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília: Ministério da Saúde, 2010

Cardoso JM. Comunicação e Saúde: Desafios para fortalecer o SUS, ampliar participação e o controle social. In: Coletânea de Comunicação e Informação em Saúde para o exercício do Controle Social. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

Bloco II: Informação e Comunicação

CH total: 20 horas

EMENTA: Reflexão sobre os processos de educação, informação e comunicação em diversos contextos. Compreensão das especificidades da comunicação científica, comunitária e para a tomada de decisão. Compreensão dos modelos teórico-metodológicos da educação popular e da comunicação social considerados básicos para a fundamentação das questões abordadas para o cuidado na atenção primária à saúde.

1. Processos de educação e comunicação.
2. Comunicação em saúde – desafios e possibilidades.
3. Mídia e Saúde.
4. As ações de informação e comunicação voltadas à construção da cidadania e ao controle social das políticas públicas e sociais.
5. Informação e Comunicação – tipos de fluxos informacionais.
6. Estratégias de educação popular em saúde.
7. O cidadão como receptor e produtor de informação em saúde.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. **Informação, Educação e Comunicação para a Promoção da Saúde**. 1ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

CARDOSO, JM e ARAÚJO, IS. Comunicação e Saúde. In: PEREIRA, I. B. e LIMA, J.C.F. (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. p. 94-103.

CORCORAN N. Teorias e modelos na comunicação de mensagens de saúde. In: CORCORAN, N. **Comunicação em Saúde: estratégias para promoção de saúde**. São Paulo: Roca, 2010. p. 01-25.

DESLANDES, S.F. e MITRE, R.M. de A. Processo comunicativo e humanização em saúde. **Interface Comunicação Saúde Educação**. v.13, supl. I, p.641-9, 2009.

HANSEN, J. H. **Como entender a saúde na comunicação?** São Paulo: Paulus, 2004.

ROZEMBERG, B. Comunicação e participação em saúde. In: CAMPOS, G.W. de S. et al. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 741-766.

TORO, JB; WERNECK, NMD. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Série comunicação e mobilização social, 2).

<p>MÓDULO 2 - DEMOCRACIA E SAÚDE</p> <p>Bloco I: Estado e Sociedade</p>	<p>CH total: 20 horas</p>
<p>EMENTA: Abordagem analítica da trajetória das políticas de saúde no Brasil. Reconstrução sócio histórica das lutas pela reforma sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde. Análise dos desafios do SUS para a saúde coletiva e as políticas públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Democracia Participativa e Representativa; • As políticas de saúde como parte das políticas públicas e sociais no Brasil e sua importância para a estabilização da ordem sócio-política - A primeira república. O período populista. Os anos 50 e 60. O estado militarista. • A luta pela Reforma Sanitária e nova República (governo Sarney). • Políticas públicas de Saúde dos últimos anos e a situação atual; • Os desafios do Sistema Único de Saúde. 	
<p>BIBLIOGRAFIA:</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das</p>	

Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. , 1. ed.; 1. reimp. , Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 2 Brasília : 1. ed., 1. reimp. 2 Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas e participação social/ Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa.- Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

PAIM, J.S. NAOMAR, A.F Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev. Saúde Pública**, 32 (4): 299-316, 1998.

PAIM, J. 20 anos de construção do Sistema Único de Saúde. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**. Brasília, v. 2, nº 1, p.63-86, jul-dez., 2008.

_____. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 175-241.

_____. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PASCHE, D.F. A reforma necessária do SUS: inovações para a sustentabilidade da política pública de saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva** [online]. 2007, vol.12, n.2, pp. 312-314. TAPIA, Jorge R. B.; GOMES, Eduardo R. Ideias, interesses e mudanças institucionais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008.

VASCONCELOS, C.M. e PASCHE, D.F. O Sistema Único de Saúde. In: CAMPOS et al. (orgs). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 531-562. VIANA, A.L. e BAPTISTA, T. Análise de Políticas de saúde. In: GIOVANELLA, Lígia. et al (orgs.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 65-105.

Bloco II: Histórico de Luta pelo Direito à Saúde LGBT

CH total: 20 horas

EMENTA: Conhecer a trajetória do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais/Travestis para além das fronteiras nacionais. Desmistificar a sua associação à ideia de patologia; demonstrar as estratégias políticas de dissociar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo da ideia de crime ou fragilidade moral; promover uma análise crítica da luta contínua pelo reconhecimento da cidadania LGBT, bem como, as políticas de saúde.

- Protagonismo de cada seguimento;
- Direitos Sexuais e Reprodutivos;
- Despatologização;
- LGBTfobia;

BIBLIOGRAFIA:

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Homens gays e bissexuais: direitos, saúde e participação social / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.

Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual / elaboração : André Luiz de Figueiredo Lázaro; organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos.; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade, vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

WEEKS, Jeffrey. Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800. New York, Longman Inc.,1989.

GREEN, James. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000; MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-115; GUIMARÃES, Carmen Dora. O homossexual visto por entendidos. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. In GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2005, pp. 291-308; SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. Do gueto ao mercado. In GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2005, pp. 309-336.

CÂMARA, Cristina. Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos "homossexuais". Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

VIANNA, Adriana R. B.; LACERDA, Paula. Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

ALMEIDA, Guilherme de. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2005.

FRANÇA, Isadora Lins. "Cada macaco no seu galho?": arranjos de poder, políticas identitárias e segmentação de mercado no movimento homossexual. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 60, 2006, p. 103-115; FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. Horizontes Antropológicos, n. 28, 2007.

CARRARA, Sérgio e RAMOS, Sílvia. Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC/CLAM, 2005. CARRARA, Sérgio, RAMOS, Sílvia, SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT - São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC/CLAM, 2006.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. "Tá lá o corpo estendido no chão": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. Physis, Rio de Janeiro, 16(2), 2006, pp. 233-249.

Legislação:Constituição Federal (artigos 196 a 200)Emenda Constitucional n. 29, de 13/9/2000

Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Lei 8.080, de 19/9/1990

Lei orgânica da Saúde que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei 9.836, de 23/9/1999 (Acrescenta dispositivos à Lei no 8.080)Lei 11.108, de 07/4/2005 (Altera a Lei no 8.080)Lei 10.424, de 15/4/2002 (Acrescenta capítulo e artigo à Lei no 8.080)Lei 8.142, de 28/12/1990

Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Portaria 2.203, de 05/11/1996

Aprova a Norma Operacional Básica (NOB 01/96), que redefine o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde.

Portaria 373, de 27/2/2002

Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002.

Resolução 399, de 22/2/2006

Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto.

PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

PORTARIA Nº 457, DE 19 DE AGOSTO DE 2008

Regulamenta do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde (SUS)

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

PORTARIA Nº 2.837, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Comitê Técnico LGBT).

PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

PORTARIA Nº 1.944, DE 27 DE AGOSTO DE 2009

Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.

PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009

Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde.

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

Princípios e Diretrizes.

Páginas da WEB

<https://www.susconecta.org.br/>

<http://conselho.saude.gov.br/>

MÓDULO 3- A Política Nacional da Saúde Integral LGBT A: Gênero e Sexualidade B: O estudo da Política LGBT e seus marcos C: Acolhimento e o Cuidado à População LGBT	CH total: 45 horas
<p>EMENTA: O módulo sobre a Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), será realizado em parceria com o Ministério da Saúde e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro por meio da rede UNA-SUS. O curso ofertado contribuirá para a atuação dos profissionais de saúde, especialmente os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), para que realizem suas ações de cuidado, promoção e prevenção da população LGBT com qualidade, de forma equânime, garantindo à população LGBT, acesso à saúde integral.</p>	

BIBLIOGRAFIA:

LAURENTINO, Arnaldo Cezar Nogueira. Políticas públicas de saúde para população LGBT: da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. 2015, 92 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 2803 Redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2013b.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 2712 Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos. Brasília, Ministério da Saúde, 2013c.

_____, Ministério da Saúde. Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretária de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília, Ministério da Saúde, 2011.

_____, Ministério da Saúde. Portaria 2836 Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2011b.

_____, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Texto Base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT: Por um país 85 livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011c.

_____, Ministério da Saúde. Portaria MS 2979 Transferência de recursos para Estados e Distrito Federal para qualificação da gestão no SUS, especialmente para a Política ParticipaSUS / Ministério da Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2011d.

_____, Ministério da Saúde. Portaria MS 2837 Redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, Ministério da Saúde, 2011e.

_____, Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2010.

_____, Ministério da Saúde. Portaria 1944 Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem / Ministério da Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2009.

_____, Ministério da Saúde. Portaria 1707 Define as Diretrizes Nacionais para o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2008.

_____, Ministério da Saúde. Portaria 457 Regulamentação do processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2008b.

_____, Ministério da Saúde. Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST's entre Gays, Homens que Fazem Sexo com Outros Homens e Travestis. Brasília, Ministério da Saúde, 2007.

_____, Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em defesa do SUS e de Gestão / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília, Ministério da Saúde, 2006.

_____, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. EducarSUS: notas sobre o desempenho do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, período de janeiro 2003 a janeiro de 2004. 1.ed., 1.^a reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____, Caminhos para a mudança da formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde: diretrizes da ação política para assegurar Educação Permanente no SUS /Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2003.

BOBBIO, N.; METTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política (trad. Carmen C., Varriale et al.). p. 486-489. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, v 1, 1 a. ed., 1998.

BRICEÑO-LEON, Roberto. Movimientos Sociales y Salud: Transformaciones del Estado y Participación Popular. In Cáceres, Carlos. A Saúde como Direito Cidadão. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2003.

BUSS, Paulo Machiori e FILHO, Alberto Pellegrini. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007.

SANTOS, Adelyany Batista dos; SHIMIZU, Helena Eri and MERCHAN-HAMANN, Edgar. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2014, vol.19, n.11.pp.4545-4554.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

Materiais de Apoio

Sites

<http://www.unasus.gov.br/politica-de-saude-lgbt>

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sgep/lgbt>

<http://pensesus.fiocruz.br/equidade>

Vídeos

[Política Nacional de Saúde Integral LGBT](#)

[Seminário Sobre Travestilidade e Transexualidade no SUS](#)

[I Encontro LGBT da União dos Estudantes – UNE](#)

[Oficina de Comunicação em Saúde para Lésbicas e Mulheres Bissexuais – Brasília](#)

[Pesquisa Ouvidoria que vai ao cidadão e cidadã](#)

[Cartilha dos Direitos dos Usuários do SUS](#)

MÓDULO 4 Metodologias Participativas/ Projeto de Ação

CH total: 40 horas

Bloco I: Metodologias da Educação Popular/

Bloco II: Orientação para conclusão de curso

EMENTA: A Educação Popular em Saúde é um método que reconhece e enfrenta os problemas de saúde mediante o diálogo com as diferentes camadas sociais, o respeito às suas culturas e diversidades. De forma horizontal, o processo de ensino e aprendizado da Educação Popular constrói o conhecimento pautado no reconhecimento do exercício da cidadania como indispensável para emancipação dos sujeitos. Nesse módulo será discutido e

produzidos projetos de ação construídos pelos próprios participantes do curso para implementação em seus locais de trabalho e atuação. Esses serão avaliados por uma banca composta de professores e representantes da sociedade civil organizada como requisito para conclusão do curso.

- Construção participativa e horizontal;
- Diálogo permanente entre gestão e sociedade civil;
- Orientação para construção dos projetos;
- Modelos de intervenção;
- Construção de um curso na sua comunidade;

BIBLIOGRAFIA:

Albuquerque PC, Stotz EN. A Educação Popular na Atenção Básica à Saúde no município: em busca da integralidade. *Interface (Botucatu)*. 2004;8(15):259-74.

Tonet I. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Unijuí; 2005.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

Stotz EN. Enfoques sobre educação popular e saúde. In: Ministério da Saúde. Caderno de educação popular e saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2007. p. 46-57.

Gomes LB, Merhy EE. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. *Cad Saude Publica*. 2011;27(1):7-18.

Bornstein VJ. O agente comunitário de saúde na mediação de saberes [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; 2007.

Oliveira MW. Apresentação. *Cad Cedes*. 2009;29(79):297-306.

Benetti OP, Pedrosa JIS, Siqueira TCA. Educação popular em saúde como política do Sistema Único de Saúde. *Rev APS*. 2011;14(4):397-407.

Tomaz JBC. O agente comunitário de saúde não deve ser um “super-herói”. *Interface (Botucatu)*. 2002;6(10):75-94.

Freire, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 5a ed. São Paulo: Paz e Terra;1981.

Melo Neto JF. Diálogo em educação: Platão, Habermas, Freire. João Pessoa: Universitária; 2011.

Vasconcelos EM. Formar profissionais capazes de cuidar do florescer da vida. In: Vasconcelos EM, Frota LH, Simon E, organizadores. Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde. São Paulo: Hucitec; 2006. p. 265-308.

AVALIAÇÃO

Será desenvolvida de maneira sequencial em cada módulo de conteúdo, devendo o participante atingir o mínimo de 75% de atividades previstas, que incluem análise de contextos, produção de conteúdos multimídia, participação em chats, webinários, fóruns, visita ao ambiente virtual de aprendizagem, responder a questionários eletrônicos para avaliação de progresso. Além do projeto final de ação, que compreenderá a produção de um projeto de intervenção que deverá ser produzido por cada cursista para implementação da Política Nacional da Saúde Integral LGBT em seus territórios. Esses serão avaliados por uma banca composta de professores e representantes da sociedade civil organizada como requisito para conclusão do curso.

Avaliação do Curso

Realização de, no mínimo, duas reuniões por mês, presencial ou à distância, para planejamento, formatação de instrumentos avaliativos, elaboração de conteúdo, prestação de contas, relatórios e outras produções que se fizerem necessárias no decorrer do período.

Cronograma de Execução

Atividades	DATA
Inscrições	24/08/2016
Encerramento das Inscrições	31/08/2016
Seleção das candidaturas	01/09/2016
Resultado	02/09/2016
Matrícula na Plataforma	05/09/2016
Módulo I (bloco I)	05 a 15/09/2016
Módulo I (bloco II)	16 a 30/09/2016
1º Encontro Presencial	29 e 30/09/2016
Módulo II (bloco I)	01 a 15/10/2016
Módulo II (bloco II)	16 a 31/10/2016
Módulo III (bloco I)	01 a 15/11/2016
Módulo III (bloco II)	16 a 31/11/2016
Módulo IV (bloco I)	01 a 14/12/2016
2º Encontro presencial (Conclusão de Curso)	15 e 16/12/2016
Avaliação do curso	17/12/2016

CERTIFICAÇÃO

A certificação será concedida pela UnB aos participantes que concluírem as atividades e orientações propostas pelo edital do curso.

Marcos Legais

Constituição Federal; Art. 5º; 196;
 Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT
 Política Nacional da Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e
 Transexuais (PORTARIA Nº 2.837, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MELO NETO, J. F. Extensão Universitária: uma análise. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2001. IN: FIQUEIREDO, C. A. et al. **Fitoterapia como prática popular em duas comunidades da cidade de João Pessoa – Paraíba**. Artigo produzido para o V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005.

MELO NETO, J. F. Extensão Universitária: auto-gestão e educação popular. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2004. IN: FIQUEIREDO, C. A.; et al; **Fitoterapia como prática popular em duas comunidades da cidade de João Pessoa – Paraíba**. Artigo produzido para o V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2006.

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular nos Serviços de Saúde**. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.